

BOLETIM

O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

Editorial

A “Bazuca”, uma Ofensiva Devastadora contra o Emprego e os Salários

Entramos num tempo novo? Mantém-se o estado de emergência eterno, inicialmente decretado para esmagar estivadores e enfermeiros em luta e que suspendeu boa parte das liberdades democráticas dos trabalhadores – sem lhes garantir as medidas de protecção sanitária necessárias, desde o investimento no SNS ao recrutamento de pessoal de saúde e professores, da redução do tamanho das turmas a testes gratuitos em larga escala, a máscaras gratuitas e vacinas rapidamente distribuídas. A indústria, a construção e a agricultura intensiva das estufas laboraram sempre. Muitos dos surtos lá assentaram arraiais.

Ao fim vão chegar as moratórias de rendas e hipote-

Em nome da “transição digital”, a banca prepara fechos de balcões e reestruturações em força. A EFA-CEC anunciou planos de despedimento de uns 25% da força de trabalho.

É uma bazucada contra a classe trabalhadora .

Bazuca é o nome que o primeiro-ministro alegremente dá ao plano da UE: mas é uma bazuca apontada contra os trabalhadores deste país – e todos os trabalhadores europeus.

Como o próprio Costa, em video que difundiu, fez questão de sublinhar, o dinheiro vai todinho parar aos bolsos do capital privado – sob condições estritas: tem de servir para “reestruturar” as empresas em nome de

Governo, patronato e UE só têm medo de uma coisa: da resistência e da solidariedade dos trabalhadores. As mobilizações da Groundforce mostram que eles têm razões para ter medo. Os trabalhadores não se vão ficar. Construir a frente de solidariedade e resistência contra a bazuca patronal é a tarefa de todos os que se põem do lado do trabalho

cas e os apoios que limitam as possibilidades de despedimento dos trabalhadores menos precários.

Está a ganhar forma e força uma ofensiva desenfreada contra os empregos e os salários dos trabalhadores portugueses.

Na frente desta ofensiva está a TAP, depois de retornada a capitais públicos maioritários. Piores do que no tempo da troika, os cortes brutais de salários e os despedimentos de 20%, impostos pelo “ministro mais à esquerda do governo” sob chantagem de encerramento imediato da empresa.

Pouco depois, a Groundforce deixou de pagar salários aos seus trabalhadores.

Em nome da “transição verde” da bazuca da UE, a família mais rica do país anunciou que ia fechar a refinaria da GALP de Leça da Palmeira e vender o Gás Natural a um fundo de capital estrangeiro. A EDP “trespassou” barragens transmontanas por quatorze ou quinze vezes o que pagara pela concessão e ficou-se a rir, não pagando sequer 100 milhões de imposto de selo.

duas “transições”: a “verde” e a “digital”.

Para quem não tiver compreendido o que isso significa, a explicação aí está, na TAP, na GALP, nos despedidos verdes de Matosinhos e Sines em nome do hidrogénio, lítio ou o que calhar a seguir, nos despedidos digitais na banca sem balcões, na EFACEC, por toda a parte.

Para os patrões, os milhões, para os trabalhadores, despedimentos em massa ou os salários “de mercado” – cada vez piores, dado o aumento da precariedade.

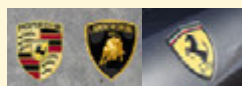
Salvo se, e esse é o grande temor deles todos, do Presidente, que se prepara para fazer de bonaparte se o governo falhar, ao próprio governo e ao patronato, salvo se a mobilização solidária das massas trabalhadoras lhes torpedear os planos.

A bazuca traz miséria de um lado, e mais uns Porsches e Ferraris do outro (ver abaixo). Para viver, quem trabalha precisa da nacionalização da banca, da confiscação de Casimiro e EDPs, de investimento no SNS, na habitação popular e na educação, da reversão dos despedimentos e do aumento geral dos salários.

A associação dos vendedores de automóveis anunciou que, em 2020, as vendas de automóveis caíram 30%.

Pudera! dirá o leitor. Com a pandemia e a

Tirando o cavalinho da chuva



crise, que se havia de esperar. Pudera? perguntamos nós. É que três marcas não caíram, subiram as vendas. Foram elas: Porsche, Ferrari e Aston Martin.

LUTA DE CLASSES

Trabalhadores da Groundforce na vanguarda da resistência à ofensiva de destruição

Depois do ultimato celerado da TAP aos seus trabalhadores, a Groundforce, sociedade de assistência em escala antigamente pertencente à TAP, deixou de pagar salários em Fevereiro de 2021.

Veio-se a saber que há muito tempo que a Groundforce só pagava salários porque o accionista minoritário e seu maior cliente, a TAP – entretanto outra vez empresa de maioria de capital público – lhe fazia todos os meses uma transferência de onze milhões para o efeito.

Quando a administração da TAP se lembrou, vá-se lá saber porquê, de exigir garantias para continuar com as transferências, o accionista maioritário da Groundforce, Alfredo Casimiro, depois de um momento de bluff, disse que, afinal, não tinha as suas acções para dar de garantia, pois tinham sido penhoradas para arranjar dinheiro para... comprar as acções que o faziam accionista maioritário!

Tal como na TAP, as organizações representativas dos trabalhadores da Groundforce não tiveram o reflexo de mobilizar de imediato os trabalhadores – nem de pedir às confederações sindicais e aos partidos votados pelos trabalhadores para apelarem à mobilização geral para defender os camaradas da Groundforce.

Ora, tal mobilização era de elementar necessidade. Primeiro porque deixar o patronato começar com tais práticas era criar um grave precedente contra qualquer trabalhador do país. Segundo, porque, na realidade, ataques similares se anunciavam ou decorriam já, na própria TAP e em muitas outras empresas, como a GALP, a EFACEC, a RTP, a banca em geral, etc. Derrotar ataques baseados em ultimatoss desse género só era possível erguendo contra eles a barreira da

mobilização geral e da greve geral.

Aos trabalhadores da Groundforce só restou a alternativa de se mobilizarem a si próprios, à revelia das organizações. Fizeram-no. Primeiro, em concentrações diárias nos vários aeroportos do país, depois junto à Assembleia da República e ao palácio de Belém. Culminando numa grande manifestação nacional, que saiu do aeroporto de Lisboa para a sede da Groundforce, reunindo mais de mil trabalhadores, quase metade do efectivo nacional da empresa.

Por esta altura, as direcções sindicais já tinham achado por bem juntarem-se ao movimento e enquadrá-lo.

Na manifestação no aeroporto, visitada, com basto cortejo mediático, pela coordenadora do BE e pelos secretários-gerais do PCP e da CGTP, dirigentes sindicais anunciaram que o governo medira uma operação de venda e realuguer dos equipamentos aeroportuários da Groundforce à

TAP, o que permitiria reunir fundos suficientes para a Groundforce pagar os salários em atraso.



Concentração frente a Belém, 15/3.



Manifestação, aeroporto, 18/3.

A operação, por definição irrepitível, deixa os trabalhadores na iminência de voltarem à mesma dentro de um mês ou menos. É, sim, uma pequena vitória da sua mobilização. Mas o propósito essencial é tentar desmobilizar os trabalhadores.

Porque a verdade é esta: apesar de muitos que se consideram “vanguardas” não se cansarem de repetir que os trabalhadores estão desmobilizados e sem consciência de classe e os sindicatos muito enfraquecidos, o

governo e o capital vivem no temor da reacção das massas trabalhadoras à ofensiva destrutiva do capital, desta feita conhecida como “bazuca europeia”: milhares de milhões para injectar no capital português e internacional em Portugal – na condição de ele “reestruturar”, ou seja, despedir e precarizar. ■

A. Casimiro Uma história edificante do moderno capitalismo predador

Em 2009, a TAP foi obrigada pela Comissão Europeia, via Autoridade da Concorrência portuguesa, a desfazer-se da maioria do capital da Groundforce até ao final de 2011. Tratava-se de garantir a “livre concorrência”: o mandamento único da tábua da lei da União Europeia.

A muito custo lá se terá conseguido encontrar uma dessas criaturas especiais que não recuam perante o risco: um “empresário”. Na pessoa de um mudancista, de seu nome Alfredo Casimiro.

Na altura, o tristemente célebre ministro de Passos Coelho conhecido como Álvaro disse assim ao Casimiro: toma lá 50,1% das acções da Groundforce. Não tens dinheiro ou não queres arriscar o teu? Não faz mal.

Pagas depois, quando a empresa obtiver a licença definitiva de operação, que ainda não tem. Até lá, já agora toma lá uma “comissão de gestão” anual garantida de 1,5% do volume de operações, dá-te um par de milhões por ano pelo menos, à borla.

Sete (!) anos e 7,6 milhões mais tarde, o homem lá pagou as acções. Dirá o leitor: Puderá! Se já tinha ganho mais com a empresa do que ela lhe custou!

Engana-se o leitor.

Ganhou, sim, ganhou muito mais. Mas Casimiro não pagou as acções. Não precisou de meter a mão ao bolso para de lá tirar, digamos, uma modesta parte do lucro metido nesse bolso a custo zero.

Isso seria para tansos. Casimiro

não é tanso. Foi mas é ao Montepio pedir um empréstimo para pagar as acções que já lhe tinham rendido milhões. E o Montepio deu-lho, contra penhor das acções nunca pagas.

E, claro, *então* Casimiro pagou as acções com o empréstimo, não foi?

Não, não pagou.

As contas da Groundforce indicam que se fez “um acerto de contas”.

A empresa ficou do Casimiro sem o Casimiro gastar um tostão. Rendeu milhões ao Casimiro sem o Casimiro levantar o dedo mindinho.

Para que serviu o empréstimo? Fede a coisa?

Que só podia dar para o torto, mais tarde ou mais cedo?

É, de facto, o que se diria.

>p. 3

LUTA DE CLASSES

Ofensiva de devastação económica e social

“Despedimentos coletivos mais do que duplicam em 2020. Pandemia fez duplicar processos face a 2019. Até dezembro, 698 empresas iniciaram

despedimentos coletivos. Número supera 2014, ano em que a troika saiu do país” (Expresso, 29/1)

Três exemplos de entre tantos:

TAP

Em 2020, logo no início da pandemia, a TAP desfizera-se de mais de dois mil trabalhadores com contratos precários. Agora pôs aos restantes uma “escolha fácil”: a) aceitarem cortes salariais e perdas de postos de trabalho piores do que no tempo da troika; ou b) a empresa fechar no dia seguinte.

Tirando declarações para a acta, as direcções sindicais, afectas à CGTP como afectas à UGT, não reagiram. Ora, a ameaça de fecho da empresa significava que a única defesa eficaz era a mobilização solidária dos trabalhadores de todo o país, com as suas organizações. Mas os dirigentes não quiseram abrir caminho a essa perspectiva.

Confinaram-se às regras do jogo impostas pela administração, executora da política do governo, executor da política da União Europeia. Tentaram apenas negociar nos gabinetes um pouco menos despedimentos a troco dos cortes salariais.

Os trabalhadores, forçados a votar e assinar os “acordos”, viram-se reduzidos a decidir individualmente, cada um por si. Essa é a situação em que o trabalhador não tem nenhuma força ante o patrão: a situação a que os trabalhadores historicamente escaparam constituindo sindicatos, comissões de trabalhadores, partidos políticos, para opor a força do número ao poder absoluto do patrão. Devolvendo-os as direcções dos seus sindicatos e partidos à solidão da decisão pessoal, que remédio tinham senão assinar os ultimatos?

Alguns dos dirigentes quiseram vender os “acordos” como vitórias. A administração e o governo deixaram, porém, bem claro que o que contará para os números definitivos de despedimentos

e cortes não serão os números dos acordos, “indicativos”, mas duas outras coisas: a) atingirem-se ou não os “objectivos” de redução global de custos salariais, uma vez contabilizada a “adesão voluntária” aos vários esquemas propostos pela empresa para se livrar de trabalhadores “a bem”: reforma antecipada, rescisão dita por mútuo acordo, etc.; e b) o plano definitivo que a Comissão Europeia decretar. Se ainda for pior, o governo executá-lo-á fielmente. Mais: a administração esclareceu publicamente que, quando os acordos expirarem, em 2025, não garante que os salários voltem ao nível anterior.

Assim, o que o governo e a União

Frente a ameaças de tal ordem, a resistência só é possível se for resistência coordenada e solidária da classe trabalhadora portuguesa como um todo. Os transitados em verde da GALP, os chantageados da TAP e os “rescindidos” da banca são percursos do que a todos espera.

A hora é da frente de resistência e solidariedade, não na forma de marchas rituais, mas de mobilizações gerais e greves que façam compreender ao adversário, em Bruxelas, Belém e São Bento, o risco de porfiar na ofensiva de destruição.

Europeia fizeram tragar aos trabalhadores da TAP, desamparados pelas suas organizações, foi um recuo significativo, que não os livra, porém, de voltarem rapidamente para a berlinda.

BANCA

A banca prepara “reestruturações” em força em 2021. Em 2020, fechou 160 balcões e despediu milhares de trabalhadores.

O *Expresso* noticiava, em 26 de Março, a fusão entre a Caixabank e o Bankia, em Espanha. Estes bancos controlam parte significativa do sector bancário português, nomeadamente o BPI. O novo grupo, ora maior banco em Espanha, fixou a meta de “poupar” mais de dois mil milhões de euros em três

anos, fechando agências e despedindo.

No dia 12, o mesmo *Expresso* indicara que, no Santander, o número de saídas em 2021 poderia triplicar face a 2020, ultrapassando 600 trabalhadores. A Comissão Nacional de Trabalhadores e quatro sindicatos exigiram, em comunicado conjunto, a imediata suspensão de todos os processos de “rescisão por mútuo acordo” (RMA) e encerramentos de balcões e serviços do Santander durante a pandemia, bem como a devolução dos postos de trabalho aos que recusaram RMA.

GALP e GALP Energia

O *Público* anunciava, a 22 de Fevereiro, que o novo presidente executivo da GALP, Andy Brown, prometia para Maio uma “clarificação da estratégia” da empresa, pois “*não se pode fazer tudo*”. A família Amorim, accionista principal da GALP, mudara de “CEO” ao ver que milhares de milhões da bazuca vão para a “transição verde”. O novo objectivo da Galp é, portanto, “*fazer a transição energética mais depressa do que as concorrentes*”.

Que mais dá a um capitalista que os dividendos se tinjam de “verde” em vez do negro do petróleo, se os milhões se multiplicarem?

Os trabalhadores da GALP é que não estão inteiramente convencidos de que o desemprego “verde” será melhor para eles do que o desemprego de outra cor. Quando a nova direcção diz “*ter um bom plano para as pessoas*” (de Leça, as que ficam sem trabalho, conforme delicadamente se escusa de acrescentar, por não soar bem nas televisões e jornais), os trabalhadores percebem que, se se quiserem salvar, só lá chegarão pela mobilização unida.

Entretanto, foi anunciado que a GALP Gás Natural será vendida a um fundo de capital internacional, que não quis comentar se “reestruturaria”. ■

(>p. 2) A história edificante do Casimiro da Groundforce e seus bons amigos

Não interessa. Se desse para o torto, as acções ficavam para o Montepio.

Azar do Montepio... Ou azar o nosso? Se, por essas e por outras, o Montepio reventar, o que resta?

Resta ir buscar outra espécie de amador de “risco”: aquela a que pertencem os nossos conhecidos do *Lone Star* (os donos do Novo Banco), os especialistas

em roer os ossos.

Quem paga, no fim? A nação, milhares de milhões. Os trabalhadores, com desemprego e miséria.

Homens do risco

Alfredo Casimiro foi convidado pelo ministro de Passos Coelho para receber milhões em comissões de gestão garan-

tidas, sem nunca gastar um tostão para comprar a própria empresa. É isto um empresário. Alguém pronto a “assumir risco”.

Já o vulgar trabalhador, destituído de apetite pelo risco, dizem que tem o salariozinho garantido ao fim do mês... até ir para a rua sem saber como nem porquê! ■

Apelo à Solidariedade e Resistência

Por uma frente de resistência e solidariedade com os trabalhadores atacados na TAP, GALP e outras empresas — EFACEC, GROUNDFORCE, ALTICE, BANCA...

Quando se tornou impossível ignorar a brutal ofensiva concertada contra os trabalhadores deste país, um punhado de militantes lançou o apelo abaixo à resistência e solidariedade com os trabalhadores afectados. Rapidamente o apelo congregou adesões de mais de cem sindicalistas, membros de comissões de trabalhadores e militantes políticos de variada filiação. O apelo respondia ao “silêncio ensurdecedor” que rodeou e ainda rodeia esta ofensiva, silêncio que, lamentavelmente, nem as organizações sindicais e políticas de quem os trabalhadores esperam a defesa dos seus interesses elementares quiseram seriamente romper.

Inicialmente, o alvo da ofensiva foram os trabalhadores da TAP, que uma penada ministerial (“declaração em situação económica difícil”) espoliou de todos os seus direitos constitucionais e democráticos básicos, obrigando-os a engolir medidas de cortes salariais e despedimento colectivo sem precedentes, mesmo nos tempos da troika: “ou isto ou a empresa fecha já!”, assim o ultimato governamental.

A ofensiva estendeu-se, porém, a muitas outras empresas, à GALP, à Groundforce, à EFACEC, a toda a banca, etc. E estender-se-á, via bazuca, a outras centenas de milhares de trabalhadores portugueses se a classe trabalhadora não se defender enquanto classe, formando uma frente de resistência e solidariedade unida.

O apelo depressa reuniu mais de uma centena de signatários, que se reuniram por duas vezes, virtualmente, num total de mais de cinquenta participantes. O apelo foi amplamente distribuído e saudado nas concentrações e manifestações dos trabalhadores da Groundforce. Foi, entretanto, enviado às ORTs e centrais sindicais com pedidos de audiência. Foi já recebido pelo executivo da UGT e será brevemente recebido pelo da CGTP.

Assistimos nas últimas semanas a uma ofensiva sem precedentes contra os trabalhadores e empresas fundamentais deste país.

O plano da UE e do governo para a TAP prevê milhares de despedimentos e cortes radicais dos salários dos trabalhadores que ficarem, sob a chantagem do encerramento da empresa.

Os accionistas da GALP anunciaram o encerramento da refinaria de Matosinhos.

Na EFACEC, anuncia-se um plano de reprivatização, que destruirá centenas de postos de trabalho.

Na banca, com milhões de euros de lucros, encerram-se balcões e despedem-se trabalhadores às centenas.

Em muitos outros sectores, sucedem-se planos de “reestruturação” e de despedimento colectivo.

A coberto da pandemia, destroem-se contratos de trabalho e generaliza-se o desemprego. A miséria e a fome alastram pelas cidades e pelas vilas.

Nós dizemos:

Não aceitamos os despedimentos na TAP e na GALP!

Não aceitamos reprivatizações e planos de reestruturação e despedimento na EFACEC, banca e em todos os sectores.

Não aceitamos o encerramento das empresas.

Não aceitamos os cortes salariais.

Não aceitamos a cessação unilateral de acordos de empresa.



Os trabalhadores não são descartáveis!

Os trabalhadores da TAP, da GALP, da EFACEC, da banca, não têm qualquer responsabilidade na crise.

Os trabalhadores da GALP foram usados enquanto isso serviu para os lucros milionários da empresa.

Não aceitaremos que estes milhares de trabalhadores sejam atirados para o desemprego e a precariedade, aumentando o rol dos milhares de despedidos desde o início da pandemia, em grande parte jovens.

A luta dos trabalhadores da TAP, da GALP, da EFACEC, para travar os planos de dismantelamento e destruição é a luta de todos.

Ganhar essa luta é vital para todos os trabalhadores deste país.

Oferecemos a nossa solidariedade total aos trabalhadores da TAP, GALP, da EFACEC e de todas as empresas ameaçadas e apoiamos todas as medidas de luta e resistência que decidirem.

A hora é de construir uma grande frente de resistência do trabalho para vencer esta batalha, uma frente de todos os trabalhadores com as suas organizações sindicais e CTs para derrotar os planos de miséria.

Todas as forças políticas que se reclamam da defesa do 25 de Abril e da Constituição e os deputados eleitos com os votos dos trabalhadores têm o dever de se associar a esta frente e a este combate. ■

Março de 2021

Apelo à Solidariedade e Resistência

Por uma frente de resistência e solidariedade com os trabalhadores atacados na TAP, GALP e outras empresas — EFACEC, GROUNDFORCE, ALTICE, BANCA...

Subscritores

Sub-Comissão de Trabalhadores, Groundforce Porto
 Comissão de Trabalhadores, Peugeot Citroën Portugal SA (maioria)
 João Alexandre, estudante, Almeida
 David Almeida, estudante, Alcochete
 Ana Paula Amaral, professora, SPGL
 Sesinando Araújo, assembleia freguesia, M^a Grande
 Fernando Alves, dirigente associativo, M^a Grande
 Ana Benavente, professora catedrática, Lisboa
 M^a de Fátima Bentes, animadora social, M^a Grande
 Daniel Bernardino, membro da CT Forencia, Pq Industrial AutoEuropa
 Raquel Bidarra, engenheira civil, Leiria
 Alexandre Café, operário, CT Logoplaste, dirigente SITE CSRA
 Renata Cambra, activista climática estudantil
 Pedro Cardoso, trabalhador independente
 Edite Carvalho, técnica recursos humanos, Leiria
 José Casimiro, activista social/laboral
 Antonio Castela, membro CT Alfândegas, aeroporto de Lisboa
 António Chora, ex-CT Autoeuropa, Moita
 Luís Claro, sindicalista
 Amaro Correia, membro da CT da MEO
 Bento Correia, activista social e laboral, Queluz
 Domicília Maria Correia da Costa, reformada, ex-deputada do Bloco de Esquerda
 Ana Sofia Cortes, activista
 Rui Costa Santos, professor
 Francisco Cunha, militar reformado
 Américo Duarte, operário reformado Lisnave, deputado constituinte UDP
 Francisco Fanhais, músico
 Elvira Ferreira, professora, M^a Grande
 Délio Figueiredo, membro da CT do BNP Paribas, Securities Services, Portugal
 Carlos Franco, dirigente associativo, M^a Grande
 Joaquim Franco, operário vidreiro reformado, M^a Grande
 Maria Fernanda Franco, dirigente associativa, M^a Grande
 João Pedro Freire, consultor energético, S^a da Hora/Matosinhos
 Maria Filomena Galvão, CT parques de Sintra Monte da Lua, STAL
 Gil Garcia, professor, dirigente do MAS
 Daniel Gatoeiro, operário químico, M^a Grande
 Nuno Geraldês, membro da direcção do Sindicato STCC (sindicato dos trabalhadores dos Call Center)
 M^a João Gomes, assembleia municipal, M^a Grande
 Alfredo Gonçalves, porta-voz, União Marxista-Leninista Portuguesa
 Paulo Gonçalves, SNTCT, membro Conselho Nacional da CGTP
 Adelino Granja, advogado, Alcoaça
 Grazia Tanta, blogue
 Antonio Grosso, SBSI, reformado
 Guy Howie, Colectivo Marxista
 Igor Iordanov, sindicalista
 Jorge João José, dirigente do STMO, Função Pública, Sintra
 Hélder Lima Santos, jurista, Lisboa
 Domingos Lopes, advogado
 António Louçã, secretariado da CT da RTP
 Isabel Loureiro, dirigente S.T.A.L., Leiria
 João Barros Luís, funcionário público
 José Luz, professor, Constância
 José Manuel Andrade da Luz, operário caldeireiro, ex-CT Lisnave
 Carlos Marques, antigo candidato à Presidência da República
 Marisa Matias, deputada ao Parlamento Europeu do Bloco de Esquerda
 Rui Matoso, gestor e programador cultural, Lisboa
 Carlos Araújo Melo, membro direcção SBSI 1975/1977, fundador CT CGD/1974, Queluz
 Paulo Mendes, CT da RTP e dirigente do SINTAV
 Danilo Moreira, STCC, Lisboa
 Isabel Moreira, secretariado da CT da RTP
 Raquel Moreiras, Juventude Socialista, Açores
 João Mota, funcionário público saúde
 Carlos L. Neves, ex-delegado sindical e ex-membro direcção SITADE
 Fernando Jorge Oliveira, professor, Marinha Grande
 José Oliveira, professor reformado
 Carlos Ordaz, membro colectivo SOS Handling, activista sindical
 Joaquim Pagarete, membro direcção SPGL e Comissão pela Proibição Efectiva dos Despedimentos, Algés
 João Pascoal, membro da CT do Banco Santander Totta;
 Maria Luisa Patrício, professora, militante do PS
 Carmelinda Pereira, deputada à Assembleia Constituinte, membro da direcção do SPGL, Algés
 Jaime dos Santos Pereira, reformado, Queluz
 Paulo Pereira, gestor de projectos
 André Pestana, membro da direcção do Sindicato STOP (Sindicato de Todos os Professores)
 Ana Pina, professora, Lisboa
 Victor Pinto, linguista
 Eduardo Pires, membro da CT da Lisnave em 1974/75
 Maria do Carmo Pires, sindicalista
 Guadalupe Portelinha, professora, presidente da Associação Abril
 Fernando Quadros, aposentado CGD, Marinha Grande
 Mário Ramalho, Porto de Lisboa
 Alexandra Ricardo, engenheira florestal
 Aires Rodrigues, assembleia de freguesia, Marinha Grande
 Emanuel Rodrigues, professor, Marinha Grande
 Prudência Rodrigues, professora, Marinha Grande
 Rui Manuel Rodrigues, assistente técnico administrativo e ativista social e ambiental
 Rui Rodrigues, professor, FCT Nova
 Isabel Roque, Investigadora CES-UC e activista Social
 Susana Rosa, professora de educação especial, delegada sindical, Oeiras
 José Sá, SPdH/Groundforce
 José Santana Henriques, activista sindical
 Adelina Santos, operária vidreira reformada, Marinha Grande
 Paula Santos, dirigente do SPGL, Oeiras
 Francisco São Bento, dirigente S.N.M.M.P., Lisboa
 Paulo Seara, diáspora portuguesa, Escócia
 António Silva, secretário da CT da Peugeot Citroën Portugal SA
 Manuel Carlos Silva, sociólogo e professor, Braga
 Nelson Silva, coordenador da CT da RTP e dirigente do SINTAV
 Paula Soares, CT da Câmara Municipal de Setúbal
 Francisco Soares, activista do Colectivo Marxista e membro do STCC
 Roberto Tavares, membro da CT dos CTT
 José Luis Teixeira, membro da Sub CT Porto, SPdH, Groundforce
 Maria Jorgete Teixeira, professora, activista política e social
 Francisco Tomás, membro da mesa da assembleia geral da Associação Nacional de Cuidadores Informais
 Mário Tomé, coronel, capitão de Abril
 Jorge Torres, SITE, reformado
 Vasco Manuel Torres dos Santos, dirigente sindical STFPSN (função pública), Barcelos
 Raquel Varela, historiadora e investigadora, Lisboa
 José Carlos dos Santos Vasconcelos, dirigente sindical STFPSN (função pública), Barcelos
 Eulália Vaz, fundadora da UMAR
 Diogo Vintém, Juventude Socialista, Montijo
 António Vitorino, activista ambiental
 Manuel Xarepe, professor, antropólogo, reformado, Lisboa
 Adriano Zilhão, economista

XIIª Convenção do Bloco de Esquerda

Declaração d' *O Trabalho*

Sobre o trabalho com a plataforma "Convergência".

"(...) No seu primeiro mandato, o governo do PS baseara-se num acordo parlamentar com o PCP e o BE. Na realidade, porém, já nesse primeiro mandato, o acordo encobria, de facto, uma geometria parlamentar variável entre 'geringonça' e 'bloco central'.

No segundo mandato, embora desaparecesse o acordo escrito do PS com PCP e BE, manteve-se a alternância de divisão de trabalho parlamentar entre PS/PSD/CDS e PS/BE/PCP, conforme o tema.

É uma política de "união nacional de facto", subordinada ao Presidente da República e à União Europeia.

Porém, a linha cada vez mais abertamente troikiana do governo provocou tensões crescentes nos partidos que o apoiavam "à esquerda", PCP e BE. As aspirações dos trabalhadores encontram sempre o caminho para se manifestarem, mesmo de maneira deformada, nos sindicatos e partidos em que eles se reconhecem e organizam, independentemente da política das direcções.

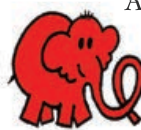
Assim, a votação do orçamento de 2020 pelo Bloco de Esquerda levou à cristalização de uma oposição interna que exigia o fim da política de capitulação constante ao governo e à sua política.

As aspirações traídas dos militantes traduzem-se de várias maneiras. Por exemplo, em saídas e rupturas, em geral pouco orgânicas; mas também, de certa maneira, na formação da plataforma "Convergência".(...)

A nossa conclusão é que o obstáculo principal ao progresso das lutas dos trabalhadores, das suas reivindicações económicas, sociais e políticas, o obstáculo a que a revolução portuguesa se possa cumprir, reside, na verdade, na falta de organizações políticas da classe trabalhadora completamente independentes. A organização política e sindical dos trabalhadores em moldes de completa separação da burguesia e do seu Estado é fundamental para o futuro da revolução portuguesa e mundial. (...)"

Conseguir avanços nessa direcção é e mantém-se o foco do nosso combate."

A plataforma "Convergência"



A plataforma Convergência apresenta à XIIª Convenção do Bloco de Esquerda uma moção alternativa à da direcção. A plataforma pronunciou-se contra a votação pelo Bloco dos orçamentos de austeridade de 2020 e de 2021 (neste último caso, o próprio Bloco acabou por votar contra o orçamento).

A moção da Convergência declara que *"No centro da nossa intervenção política está o apoio às reivindicações e lutas dos trabalhadores e a exigência de revisão da legislação laboral."*

Os militantes que têm elaborado este jornal participam deste combate, conforme declaração ao lado. Noutro passo da sua declaração, indicam que a *"Convergência agrupa militantes do BE que exprimem posições heterogéneas, mas tendendo à rejeição da linha de capitulação da direcção. A actual plataforma da Convergência inclui posições que partilhamos e posições de que discordamos. Neste último caso, por exemplo, as posições em matéria de 'regionalização' ou de 'reestruturação' da dívida — em vez da sua anulação. (...) A tarefa cimeira do momento consiste (...) em agrupar todas as forças que procuram o caminho de uma alternativa política à capitulação e à colaboração de classes e de apoio incondicional a todos os combates da classe trabalhadora, das mulheres trabalhadoras e da juventude.*

Nesta perspectiva participamos, com militantes da Convergência, mas não só, no lançamento de uma grande campanha de solidariedade com os trabalhadores ameaçados pelas primeiras salvas da "bazuca" europeia, apontada à destruição das conquistas dos trabalhadores portugueses e europeus — de momento, brutalmente, na TAP e na GALP, mas também na EFACEC, banca e outros."

Moção A: A Dívida, da Renegociação à "Reestruturação" e daí à "Esperança"

A moção A, da direcção do Bloco, à XIIª Convenção, reduz a alternativa socialista a uma "esperança". A luta, segundo a moção, é *"pelo bem comum"*, que, *"ecologista, feminista, antirracista e anticapitalista, é o seguro de futuro da humanidade."*

Na Xª Convenção (fim de 2016), a moção aprovada ainda dizia, é certo com ambiguidade que *"só é possível salvar o Estado Social, relançar o investimento e criar mais emprego, rejeitando a chantagem da dívida, renegociando-a de forma profunda e assumindo o controlo público da banca."* (como "renegociar" com o credor era e é um mistério).

Já em Outubro de 2017 o BE foi anfitrião de uma cimeira europeia com "eurodeputados" de vários países da UE para um "Plano B para a Europa". A cimeira emitiu uma "declaração de Lisboa" cheia de propostas de reforma da UE: "reforma dos objectivos e estatutos do BCE", por exemplo. *"Auditoria da dívida pública e abolição de partes da dívida ilegítimas, ilegais e insustentáveis"* ou o *"combate à evasão fiscal"*.

Em Novembro de 2018, a resolução da XIª Convenção (em vigor) pareceu passar das miríficas reformas da UE de nova à ruptura com a UE: *"perante a desintegração europeia, a esquerda tem a tarefa de construir uma alternativa popular (...). Esse caminho exige uma ruptura com os tratados europeus."*

Hoje, a moção à XIIª Convenção já só acha: que *"falta credibilidade à resposta europeia"*. Da bazuca não diz o que logicamente resultaria das caracterizações que o próprio Bloco fez, em convenções sucessivas, dos tratados da UE. Apenas, numa crítica construtiva, que *"os fundos para a recuperação económica anunciam-se tardios, insuficientes e, em grande parte, geradores de nova dívida. É certo que o tabu alemão sobre a mutualização de dívida foi parcialmente quebrado."*

A ruptura com os tratados europeus desapareceu portanto. Até a renegociação da dívida desapareceu. Só sobrou o pedido de *"reestruturar"* a parte da dívida detida pelo Banco Central Europeu: *"Nenhum programa de reconstrução terá alcance suficiente se não*

incluir a reestruturação das dívidas soberanas (em particular a dívida que é detida pelo Banco Central Europeu)".

Acabou-se também qualquer outra ruptura. Fala-se de *"ruptura com os tratados neoliberais"*, pelos vistos coisa diferente dos tratados da UE tal como existem. Pede-se o favor de o "programa de reconstrução" (o da UE, claro! reconstrução do capital, claro) se encarregar da tal ruptura, a bem do "alcance".

É como se a direcção do BE pensasse possível uma política para diminuir desigualdades ou melhorar condições de vida dos trabalhadores sem pôr em causa o capitalismo. Sem romper, sequer, com os tratados europeus e a dívida.

"Como se"? Não, é o que ela devesse pensar. Só tal pensamento mágico dá lógica à degradação da "alternativa socialista" de objectivo de luta a uma *esperança*.

Oxalá aconteça! Por obra e graça sabe-se lá de quem.

Entretanto, vai-se gerindo o capitalismo e oferecendo preces? ■

MUNDO

Rússia 150.000 Manifestantes que Ninguém Esperava

A convocação das manifestações partiu de gente próxima de Alexei Navalny. Este, autor de blogs com passado de extrema-direita nacionalista, tornou-se no porta-voz da “oposição liberal” a Putine quando denunciou escândalos de corrupção nas cúpulas do regime russo. Em Agosto de 2020, Navalny foi envenenado quando girava pela Sibéria. Hospitalizado depois na Alemanha, Navalny acusou os serviços secretos (FSB) de o terem tentado matar, cumprindo ordens do Kremlin. Regressado à Rússia no dia 13 de Janeiro, foi de imediato preso.

Quem apelou às manifestações do dia 23 foram os amigos de Navalny. Só que nem o regime nem a “oposição” haviam previsto tantos manifestantes reunidos em concentrações com carácter muito espontâneo. Vários milhares em Moscovo, dez mil manifestantes na Perspectiva Nevsky em São Petersburgo, “pouco estruturados, mas muito determinados”, segundo um correspondente. Mais de cinco mil manifestantes em Nijny-Novgorod, 80% estudantes dos liceus e universidades; oito mil em Kazan, dois mil em Krasnodar, 2.500 em Arkhangelsk. Números idênticos na Sibéria: três mil em Novosibirsk, mil e quinhentos em Tomsk e dois mil em Irkutsk, “número enorme para uma cidade em que os comícios da oposição não têm mais de trezentos participantes”, como refere um correspondente. A polícia interveio com brutalidade em muitas cidades, havendo mais de 3.500 prisões durante o dia.

Nas concentrações viam-se e ouviam-se cartazes e palavras de ordem como “Libertação de Navalny!”, “Liber-



tação dos presos políticos”, “Putine ladrão!”, “Não temos medo”, ou “Ele não é o nosso czar!”. Os representantes da oposição liberal foram os primeiros a ficar admirados com a afluência de jovens e também de muitos trabalhadores. A maior parte das concentrações não tinha, assim, enquadramento, ao ponto de, em Ijevsk, grande cidade industrial dos Urais, 1.500 manifestantes terem desfilado atrás dos cartazes e bandeiras vermelhas de duas pequenas organizações que se reclamam do socialismo. É indiscutível o clamor que jorra de amplas camadas, o basta! de corrupção, basta! da brutalidade policial do regime. Mas o número de manifestantes também se explica pelo contexto, marcado pela incúria do regime face à pandemia, o estado de ruína dos hospitais e o abrandamento económico, que provoca desemprego e queda do nível de vida. Muitos militantes e grupos que se reclamam do movimento operário apelaram às manifestações com os seus próprios con-

siderandos, como os militantes de Irkutsk explicavam no panfleto que publicaram no dia 21 de Janeiro: “Não apoiamos Navalny como homem político. A oposição liberal reivindica a liberdade para os homens de negócios, não para os trabalhadores. Condenamos a brutalidade policial do regime oligárquico de Putine. A brutalidade não é só contra Navalny, mas também contra a esquerda: Azat Miftakhov, ou os jovens militantes de Pensa que foram presos injustamente, ou ainda o nosso camarada Denis Belov e tantos outros. A única resposta possível à brutalidade é dizermos alto e bom som: basta! Contra os processos políticos, contra Putine e a sua “Rússia Unida”, contra a ditadura do grande capital!”

Há 150 Anos: A Comuna de Paris, Primeiro Governo Operário da História

Há 150 anos, em 1871, o povo de Paris levantou-se em armas e constituiu o governo da Comuna. Foi o primeiro governo operário da história.

No ano anterior, o regime bonapartista corrupto de Napoleão III lançara-se numa guerra fútil contra a Prússia para fugir da crise interna, marcada pela agitação republicana e pelas primeiras grandes greves do movimento operário nascente.

Com a guerra rapidamente perdida, o exército prussiano estava às portas de Paris. O império caiu. Formou-se um governo burguês. Mas os trabalhadores de Paris, que haviam passado por experiências de confiscação pela burguesia nas insurreições de 1830 e 1848, organizam-se inde-

pendentemente. Em Março, os operários confiscam os canhões do exército. Os bairros elegem um comité central da federação da guarda nacional. Poucos dias depois, o governo burguês, que não consegue recuperar o controlo das armas, foge para Versalhes. Em 29 de Março, a Comuna passa a ser um autêntico governo, em vez de mera administração municipal.

Nos setenta e dois dias da sua existência, a Comuna requisitará as fábricas abandonadas pelos patrões, proibirá o trabalho nocturno, requisitará os alojamentos devolutos para as famílias operárias, decretará a moratória das rendas, limitará a jornada de trabalho a 8 horas, criará a

instrução pública laica, garantirá na lei a igualdade jurídica entre homens e mulheres e determinará que os vencimentos dos eleitos não possam ser superiores ao nível do salário operário.

“A conquista do poder político passou a ser o primeiro dever da classe operária. Ela tê-lo-á compreendido (...) enviaram-se esforços para reorganizar o partido dos operários. Estes têm nas mãos um elemento para ganhar: o número. Porém, o número só desequilibra a balança se o unirem a associação e o saber”. (Declaração inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, AIT ou I^ª Internacional).



Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”
Responsável: José Júlio Santana Henriques

Página web: <http://ainternacional.pt>
Endereço mail: jose.santanah@gmail.com

MUNDO

Estados Unidos De Trump a Biden, “uma certa continuidade”

Foi sob alta protecção militar que Joe Biden prestou juramento, no passado dia 20 de Janeiro.

Comprovou-se a implicação de dirigentes republicanos nos tumultos instigados por Trump, no dia 6 de Janeiro. Outros republicanos próximos de Trump condenaram a aventura, aderindo aos apelos de Biden à “união nacional”. Alguns chegaram a apoiar o processo de destituição de Trump.

E agora? Trump anunciou que tinha em preparação a fundação de um novo partido “patriótico”. Abriu uma primeira sede na Florida. Reivindica agrupar nele a fracção da burguesia pronta a esmagar os negros, o movimento sindical e a democracia. Só que, assim, Trump está a ameaçar o bipartidarismo tradicional, fundamento das instituições americanas desde a Guerra de Secessão do séc. XIX.

Pelo seu lado, Biden, “à direita”, junta altos dirigentes republicanos, enquanto, “à esquerda”, encena a presença de Bernie Sanders na sua posse.

Mas para fazer que política?

Recorde-se que os especuladores da *Wall Street* investiram quatro vezes mais em financiar a campanha de Biden do que na de Trump. Está na hora de reclamar o retorno do investimento.

Todas as contradições do sistema assente na propriedade privada dos meios de produção e da crise profunda em que se encontra fazem-se sentir de maneira concentrada na mais poderosa classe capitalista do mundo, a classe capitalista americana. Para

satisfazer as margens de lucro esperadas pelos seus “patronos”, Biden tem que tomar medidas brutais.

Em política externa, anunciou que a embaixada americana em Israel ia ficar em Jerusalém, conforme decidido por Trump.

Quanto à China, Biden exige-lhe que abra o seu mercado à pilhagem imperialista. Exactamente o que Trump exigia. Segundo a agência AFP (24 de Janeiro), “*divisa-se uma certa continuidade*”. Ao lado disto, a reintegração de Wash-



ington no Acordo de Paris sobre o clima faz figura meramente decorativa.

E em política interna? Nos anos mais recentes, a classe operária americana tem multiplicado movimentos classistas: greves de massas de professores, greve na General Motors, vaga de greves selvagens em Março-Abril de 2020 para exigir a protecção dos trabalhadores face à pandemia... O movimento pela autodeterminação dos negros foi, entretanto, motor da histórica mobilização democrática do *Black Lives Matter*, em que vinte e cinco milhões de americanos saíram à rua contra o racismo institucional.

Ciente de que tais movimentos se

podiam rapidamente virar contra a nova administração, o presidente da central sindical AFL-CIO, Richard Trumka, comprometeu-se a “*trabalhar cada dia que passa*” com Biden, segundo ele “*o presidente mais pró-trabalhadores*” desde Johnson. Ora, Trumka está farto de saber que Biden rejeita quer o *Medicare for all*, portanto um verdadeiro seguro de saúde universal para todos os trabalhadores, quer o *Employees Free Choice Act*, um projecto de lei que permitiria a uma secção sindical ficar reconhecida logo que a maioria dos trabalhadores da empresa se sindicalizasse.

São duas das maiores exigências hoje levantadas pelo movimento sindical... indo, porém, de encontro às exigências de Wall Street, que Biden representa. Quanto às reivindicações dos negros, “*a ressonância dos apelos de Biden à ‘unidade’ é ainda mais oca do que a da ‘esperança de mudança’ de Obama*”, conforme assinala o *Black Agenda Report*.

Em tais condições, quem, no movimento sindical como no movimento negro, queira rejeitar tanto a deriva fascizante de Trump e dos seus “patriotas” como a subordinação à “união nacional” de Biden sob a batuta da Wall Street não tem outra opção a não ser orientar-se para a apresentação às próximas eleições de candidaturas operárias e negras independentes, primeiro passo para uma autêntica representação política do povo trabalhador da América. ■

[adaptado de *La Tribune des travailleurs*, n° 274]

Apelo urgente do Comité Operário Internacional Liberdade para Mumia Abu Jamal!

O militante negro americano Mumia Abu-Jamal, preso há décadas, tem de ser hospitalizado. Depois de um teste positivo à Covid-19, foi metido numa enfermaria completamente imprópria. Com 67 anos de idade, doente do fígado e problemas de tensão arterial, Mumia tem a vida em grave risco. O seu estado de saúde é ainda mais alarmante. Teve recentemente um diagnóstico de insuficiência cardíaca congestiva. É necessário tirá-lo da prisão e transferi-lo para um hospital onde receba os cuidados médicos de que precisa.

Mas não podemos ficar por aqui. Mumia tem de ser libertado. A sua inocência está bem documentada. E o seu estado de saúde justifica, só por si, a libertação.

Cresce o clamor pela libertação de Mumia, dentro e



fora dos Estados Unidos. Numa mobilização de emergência junto do gabinete do procurador da comarca de Filadélfia, Larry Krasner, no dia 27 de Fevereiro, activistas reclamaram a sua libertação imediata e transferência para hospital apropriado. No dia 3 de Março, Mumia pôde falar ao telefone com os seus apoiantes, que se concentravam no exterior do gabinete de Krasner. Mumia exprimiu a sua gratidão pelo apoio mundial que ele e todos os outros veteranos em risco de vida e que continuam presos têm recebido.

Transferência imediata de Mumia para um hospital onde tenha assistência médica apropriada!

Libertação imediata de Mumia!

Libertação de todos os idosos, presos vulneráveis e presos políticos!